

**MÚSICA NA SALA DE AULA INCLUSIVA: ESTUDOS, OBSERVAÇÕES E
PROPOSTAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE
INDAIATUBA - SP**

Karen Ildete Stahl Soler
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
karen.ildete@terra.com.br

Adriana N. Araújo Mendes
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
aamend65@gmail.com

Resumo

A proposta, no presente projeto, é abordar o ensino da Música em ambientes escolares com crianças incluídas e com diagnóstico de deficiência intelectual. Como professora de educação musical em escolas regulares e especial na cidade de Indaiatuba-SP, percebi a falta de recursos e métodos que norteiem o professor para a concretização de seus objetivos. Então senti a necessidade de entender como se dá a inclusão dentro da rede municipal de ensino da cidade que moro – Indaiatuba – SP. As crianças estão em classes regulares ou freqüentam apenas classes de apoio? Elas estão integradas e socializadas nesse ambiente escolar? Qual a proposta pedagógica musical nas escolas municipais de ensino fundamental, ela é inclusiva? A rede possui educadores musicais em seu quadro de funcionários? Com o intuito de responder a essas questões, será feito um levantamento na Secretaria de Educação de Indaiatuba de como se dá o processo de Inclusão dessas crianças. Será necessário entrevistar os professores que trabalham o conteúdo ou a disciplina musical para uma análise e entendimento, posteriormente a pesquisadora pretende fazer várias observações não participantes de uma determinada turma e por fim a sugestão de algumas aulas que serão organizadas e aplicadas pela pesquisadora com esses alunos. Espera-se com este trabalho entender a maneira de como a rede trabalha com a inclusão no ambiente escolar e contribuir para o trabalho musical com crianças especiais em ambientes inclusivos.

Palavras chave: Educação Musical, Inclusão, Educação Especial, Deficiência Intelectual.

Objetivo e Problema de Pesquisa

Ao longo do meu trabalho de Educação Musical desenvolvido em escolas particulares e especial na cidade de Indaiatuba – SP, tenho percebido a falta de recursos e métodos que norteiem o professor para a concretização de seus objetivos. Trabalhei em Apae por alguns anos e notei que professores anteriores de música não haviam feito um projeto ou planejamento pedagógico musical adaptado que envolvesse as crianças com necessidades especiais com as comuns, e o mesmo também notei em escolas particulares onde lecionei que educadores musicais anteriores não fizeram um planejamento musical capaz de produzir atividades inclusivas para essas crianças. Obtive informações de professoras de sala que em muitas aulas de música as crianças especiais não participavam por não conseguir “acompanhar” o conteúdo proposto.

Ao longo da minha formação pedagógica musical encontrei muito pouco material sobre música e deficiência intelectual. No início da carreira foi muito complicado elaborar aulas e atividades para crianças com necessidades especiais e ainda mais no caso das inclusões, pois era necessária uma maior atenção para não desestimular e deixá-las de lado.

Diante dessas situações senti a necessidade de entender como se dá a inclusão dentro da rede municipal de ensino da cidade onde resido, Indaiatuba – SP. As crianças estão em classes regulares ou freqüentam apenas classes de apoio? Qual a proposta pedagógica musical nas escolas municipais de ensino fundamental e ela é inclusiva? A rede possui educadores musicais em seu quadro de funcionários? Como se comportam as crianças especiais nas atividades musicais? Os professores de sentem preparados para trabalhar com essa clientela? Como preparar um currículo musical que leve em consideração o desenvolvimento integral da criança, utilizando suas experiências prévias e por meio de sua imersão no universo sonoro-musical?

Pretende-se com a pesquisa descrever a proposta de inclusão da rede municipal de Indaiatuba – SP. Conhecer como é o procedimento de inclusão das crianças em sala de aula. Analisar a proposta pedagógica musical desenvolvida pela rede. Entrevistar através de questionários educadores musicais ou na falta deles o professor da sala ou professor de Artes, para entender como se dá seu trabalho diante dos conteúdos a serem desenvolvidos.

Observar a aula desses professores a fim de entender se há uma coerência entre planejamento e aplicação das atividades, se elas são integradoras e visam o desenvolvimento integral da criança. Por fim após entender de que maneira a música vem sendo trabalhada na sala de aula, a pesquisadora pretende elaborar dez aulas e aplicá-las em uma determinada sala de ensino fundamental para que se possa analisar a atuação das crianças durante as atividades.

Justificativa e Fundamentação Teórica

Toda área do conhecimento possui um campo de interesse das formas de transmissão, recepção e criação desse conhecimento. O estudo dessas formas consiste no centro de interesse da Educação. Aonde há um educador, há um educando e, também, progresso no desenrolar das informações, além de novas descobertas e consciência sobre os fatos.

Em 1971 com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, n.5692/71, houve uma reviravolta no ensino da música no país, pois esta nova lei extinguiu a disciplina Educação Musical, substituindo-a pela atividade de Educação Artística. Este profissional era considerado polivalente, ou seja, deveria dominar as quatro áreas de expressão artística: música, teatro, artes plásticas e desenho (hoje, dança). O curso superior tinha duração de dois ou três anos, para a obtenção de licenciaturas curta e longa, respectivamente. Porém, a formação era indesejável para se trabalhar com as quatro áreas.

O resultado era (é) a colocação, no mercado, de professores de arte com grandes lacunas em sua formação, entre outras coisas, pelo fato de terem que dominar, em tão curto tempo, quatro diferentes áreas artísticas, o que, certamente, impede o aprofundamento em qualquer uma delas. (FONTERRADA, p.202, 2005.)

Com a criação da nova LDBEN n.9394/96, deu-se um grande e importante passo ao ensino das Artes na escola, pois foi a oportunidade do resgate de seu papel no desenvolvimento do aluno, dessa forma ela passa a ser um componente importante do

currículo escolar, ao contrário da legislação anterior, que não a reconhecia como disciplina curricular, sendo somente considerada como atividade. Talvez devido a essa denominação, a disciplina não seja valorizada na maioria dos espaços escolares brasileiros, restando apenas o caráter de passatempo para os alunos, como cita Fonterrada:

É sintomático que, em grande parte das escolas, a disciplina artes (ou educação artística, terminologia ainda vigente) não seja valorizada do mesmo modo que as outras; via de regra, o professor de artes é considerado o *festeiro* da escola, aquele que ajuda os alunos a *passarem seu tempo* enquanto se recuperam dos esforços empreendidos com as disciplinas consideradas “importantes”. [...] Relembre-se que, no corpo da antiga Lei de Diretrizes e Bases da Educação, conhecida simplesmente como LDBEN n.5692/71, a arte era considerada *atividade* e não *disciplina*, o que corrobora o que está sendo dito. E, talvez, um dos mais importantes ganhos decorrentes da promulgação da nova lei, é o fato de a arte Ter passado a ser oficialmente considerada *campo de conhecimento*. (FONTEERRADA, p.213, 2005)

Após a promulgação da nova lei já citada acima, o Ministério da Educação elaborou documentos orientados, destinados a servir de guia a escolas e profissionais envolvidos com educação, assim surgiram o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e os Parâmetros Curriculares Nacionais em duas coleções, com o intuito de auxiliar escolas e os professores a se envolverem com as questões específicas com que se deparam em seu cotidiano, desde os próprios conteúdos e objetivos das diversas disciplinas, até questões amplas, como a exclusão, a necessidade de capacitação de professores e a ampliação do universo cultural da comunidade, entre outras.

É interessante observar a grande influência que a música exerce sobre a criança. É por isso que os jogos ritmados, próprios dos primeiros anos de vida, devem ser trabalhados e incentivados na escola. Ao adulto caberá compreender em que medida a música constitui uma possibilidade expressiva privilegiada para a criança, uma vez que atinge diretamente sua sensibilidade afetiva e sensorial. (JEANDOT, 1990, p.20)

Em 18 de agosto de 2008, o ensino da música obteve um grande avanço, pois foi promulgada a Lei Federal nº 11.769, onde alterou a LDB 9394/96 quanto ao ensino da Arte, apontando agora a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica: “a música

deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o 2º parágrafo desse artigo. (Brasil, 2008).

À partir do momento que ela passa ser obrigatória, surge o interesse de saber de que maneira ela é trabalhada na rede municipal de ensino de Indaiatuba – SP com crianças especiais. A educação musical voltada para alunos com necessidades educativas especiais vem sendo assunto de interesse em congressos e encontros nacionais de educadores, tema que só foi incluído como grupo de trabalho em encontros da Associação Brasileira de Educação Musical após a criação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96 que determina a inclusão dos alunos portadores de deficiência nas classes das escolas regulares. A partir daí aumenta o interesse e a produção de trabalhos escritos sobre o assunto. Porém, nada que se compare com a produção escrita nas outras áreas específicas da educação musical.

Sabe-se que a publicação literária sobre música e educação especial é muito pouca, então se faz necessário entender como o profissional de música, ou o profissional de Artes trabalha com conteúdos musicais na sala de aula inclusiva, tendo em vista a escassez de material e até mesmo de prática desses profissionais.

No entanto, é preciso estar atento para o fato de que a música tem sido reconhecida como elemento importante em processos educativos, profiláticos e terapêuticos, mostrando aos poucos como é fundamento no processo de desenvolvimento de crianças, sejam elas especiais ou não, enquanto que há poucos profissionais que se dedicam à essa prática e há também pouco conhecimento produzido na área em forma de artigos e livros de orientação. (JOLLY, 2003, p.5/5)

Para entender como a música é trabalhada na sala de aula é necessário entender como se dá o processo de inclusão em ambiente escolar municipal, para isso será necessário entender um pouco de como ela vem acontecendo, pois para alguns profissionais da educação ela já é fato enquanto que para outros ainda é uma inovação a qual julgam não estarem preparados. Sendo assim é necessário discutir sobre seu significado e os novos paradigmas que estão sendo propostos.

Para Aranha (2001) após muitos séculos de segregação e exclusão destas pessoas em instituições e asilos, houve no início da década de 1960, movimento de desinstitucionalização, em resposta às pressões de diferentes grupos da sociedade. A comunidade científica e algumas categorias de profissionais passaram a criticar o sistema vigente, no qual as pessoas com necessidades especiais eram mantidas em situação de total exclusão, tendo seus direitos desrespeitados. Houve então a formação de um movimento de opinião favorável à integração escolar dos alunos com deficiência em escolas regulares, de modo a oferecer para esses alunos condições educacionais satisfatórias, assegurava que o indivíduo com deficiência tenha sua dignidade respeitada e, além disso, possa desfrutar o máximo possível de situações e práticas próprias para sua idade.

À partir da década de 1990, o movimento de inclusão escolar passou a ser amplamente disseminado não apenas com base na questão sobre como realizar intervenções diretamente voltadas para as pessoas com necessidades educacionais especiais, mas, principalmente, sobre como a sociedade pode ser reestruturada de modo a permitir a participação plena dessas pessoas.

A ideia de inclusão se fundamenta em uma filosofia que reconhece e aceita a diversidade na vida em sociedade. Isto significa garantia de acesso de todos, a todas as oportunidades, independente das peculiaridades de cada indivíduo ou grupo social. (ARANHA, 2000, p.2)

Entende-se que a inclusão escolar bem-sucedida é fruto do trabalho de profissionais e de outras pessoas importantes na vida do aluno que, juntos irão desenvolver e implementar estratégias visando a construção de uma escola democrática, na qual são oferecidas oportunidades para todos os alunos desenvolverem suas habilidades e, conseqüentemente, permanecerem na escola.

Professores que trabalham em parceria possuem as vantagens de um desenvolvimento profissional rico no trabalho, têm um melhor entendimento das práticas adequadas de ensino e recebem assistência e apoio de seus parceiros.

“Além da parceria entre professores da classe comum e professores da educação especial, existe a parceria entre o professor e os profissionais que trabalham na escola (como por exemplo, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, entre outros). Além disso, há a parceria entre tais profissionais e familiares de alunos com necessidades educacionais especiais.” (SILVA, 2010, p.147)

Consideremos a inclusão como um paradigma possível, necessário e urgente, mediante a constatação da diversidade como elemento integrante da natureza humana. Mas, sua implementação esbarra a todo o momento em práticas que privilegiam a homogeneidade. Para que isso não aconteça, as práticas pedagógicas devem ser diversificadas, e isso depende em grande parte da capacidade do docente.

Ouvir o professor e buscar entender suas concepções são elementos fundamentais para estruturar uma relação adequada entre o currículo e a ação pedagógica. A formação básica do professor que atua em sala de aula, muitas vezes não o preparou para a clientela que receberá, gerando medo por enfrentar o desconhecido. Faz-se necessário que os profissionais atuantes em sala de aula tenham uma boa formação, para torná-los capazes de efetuar uma boa prática da educação inclusiva.

Certamente há um reconhecimento da necessidade de cursos de formação e especialização que atendam às necessidades práticas. Isso implica professores universitários, mestres e doutores que não dominem a situação teoricamente, mas também, e principalmente, que sejam capazes de se preparar para a prática da educação inclusiva. (MINETTO, 2008, p.45)

Portanto, o processo de inclusão exige uma série de medidas gradativas de reformulação do ensino que começa pelos currículos, métodos e capacitação de professores. Para mudar o paradigma precisamos pensar em uma educação para todos, não uma educação especial para alguns, queremos um mundo especial para cada um de nós, em que nosso olhar esteja atravessado pela dignidade e pelo respeito aos outros e às suas diferenças.

Metodologia

Para que as questões expostas anteriormente sejam respondidas, necessita-se de suporte teórico consistente e apoio metodológico que, neste trabalho, até certo ponto, se entrelaçam pois, como a pesquisa se constrói a partir da vontade da pesquisadora em conhecer a realidade do ensino de Música em classes e escolas inclusivas, num município do interior, esta se apoia, em diversos eixos, primeiramente ao entendimento da proposta pedagógica inclusiva da rede municipal de ensino e como ela se dá.

Para isso a pesquisadora pretende contatar a secretaria de educação do município e esta lhe dará suporte para esse entendimento. Durante a dissertação de mestrado a secretaria já abriu suas portas para a pesquisadora e salientou que esta sempre estaria aberta para futuros estudos.

Após o conhecimento e entendimento da proposta pedagógica inclusiva, far-se-á um paralelo com propostas vigentes no Brasil desde seu surgimento até os dias de hoje, para isso torna-se necessário pesquisa bibliográfica sobre Inclusão e posteriormente sobre Música e Inclusão. Dessa maneira, a pesquisadora entenderá como a música é trabalhada pela rede, através de educadores musicais ou professores de Artes, tendo em vista que a Nova Lei Federal nº 11.769 de 18 de agosto de 2008, que trata do ensino de música agora obrigatório nas escolas não especificou o profissional que deveria conduzi-la, podendo ficar à cargo do professor de Artes.

Sabe-se que algumas escolas municipais possuem ensino musical através de professores de música contratados, mas não se estende a toda rede. Por que isso ocorre? Qual o plano que esse professor tem com esses alunos?

Para responder à essas questões a pesquisadora contatará esses profissionais com interesse de entrevistá-los através da aplicação de questionários utilizando a metodologia survey.

A metodologia survey é usada para estudar um segmento ou parcela – uma amostra – de uma população, com a finalidade de fazer estimativas sobre a natureza da população total, da qual a amostra foi selecionada (BABBIE, 1999, p.113).

Segundo Cohen e Manion (1994), os surveys têm a intenção de:

[...] descrever a natureza das condições existentes, ou de identificar padrões diante dos quais essas condições existentes podem ser comparadas, ou determinar as relações existentes entre eventos específicos. (p.83)

A aplicação de questionários mostra ser o instrumento mais adequado para a coleta de dados, devido ao número de professores envolvidos. Uma das vantagens destacadas por Laville e Dione (1999), é que esse instrumento “permite alcançar rápida e simultaneamente um grande número de pessoas”, a uniformização das questões formuladas “facilita a compilação e a comparação das respostas escolhidas” (p.184). Para Babbie (2005), o questionário é “um documento com perguntas e outros tipos de itens que visam obter informações para análise” (p. 504).

Nas escolas que não possuem o educador musical a pesquisadora entrevistará o profissional que leciona a disciplina e também descreverá os dados obtidos.

Após a fase de entrevistas a pesquisadora pretende fazer uma observação não participante de aproximadamente 10 aulas desses professores, a fim de entender se a teoria e a prática estão caminhando juntas e se as atividades não excluem os alunos especiais. Estas serão descritas na futura tese.

Para a realização da coleta de dados que permitisse melhor compreensão da realidade, utilizou-se o método de observação não-participante. Para Minayo (1994, p.35) a observação é uma forma de complementar a captação de realidade empírica. A autora, ainda, acrescenta que a observação na modalidade não-participante deixa transparecer, tanto para o observador, quanto para o grupo/sujeitos da pesquisa, que a relação estabelecida entre partes é meramente de campo. No entanto, a participação tende a ser

mais profunda do que a obtida em outras metodologias, devido à presença do pesquisador-observador em estado de observação informal, que lhe permite acompanhar a vivência dos fatos mais relevantes pelos sujeitos pesquisados e estar a par das práticas cotidianas. Lakatos e Marconi (1985, p.171) afirmam que, na observação não-participante, o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, sem se integrar a ela, presencia o fato, mas não participa dele e não se deixa envolver pelas situações. Além do que foi dito, os autores ressaltam que, com esse tipo de conduta, não se quer dizer que a observação não seja consciente, dirigida, ou ordenada para um fim determinado, mas que o procedimento tem caráter sistemático. Para Gil (1991, p.104), a observação apresenta como principal vantagem, em relação a outras técnicas, a de que os fatos são percebidos diretamente pelo pesquisador, sem que haja qualquer intermediação.

Por fim a pesquisadora pretende elaborar 10 aulas de música, aplicá-las em uma classe inclusiva municipal que não possua o professor de música e posteriormente analisá-las a fim de musicalizar esses alunos e integrá-los ainda mais na sala de aula.

Resultados esperados e contribuições

Espera-se com esse trabalho verificar como a Música está sendo trabalhada em classes escolares inclusivas de ensino fundamental e como se dá o processo de inclusão da rede municipal da cidade de Indaiatuba – SP, além de entender o valor que os professores atribuem à disciplina dentro da sala de aula, gerando material científico e de apoio para professores de música e pesquisadores tão escasso atualmente.

Referências

ARANHA, M. S. F. Inclusão social e municipalização. In: MANZINI, E. J. (Org.). **Educação especial: temas atuais**. Marília: Ed. Da Unesp, 2000, p.1-9.

_____, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**. Ano XI, n.21, p.160-173, março. 2001.

BABBIE, E. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**, nº9394. Brasília 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 20 de setembro de 2014.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. 3v. Brasília: MEC, 1998.

COHEN, L.; MANION, L.. **Research methods in education**. 4 ed. London: Routledge, 1994.

FONTEERRADA, M. T. de O. **De tramas e fios: Um ensaio sobre música e educação**. São Paulo: Unesp, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

JEANDOT, N. **Explorando o Universo da Música**. São Paulo: Scipione, 1990.

JOLLY, E. Z. L. Música e educação especial: uma possibilidade, concreta para promover o desenvolvimento do indivíduo. **Revista do Centro de Educação da UFSM**, Santa Maria, v.28, n.2, p.79-86, 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A.. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1985.

LAVILLE, C.; DIONE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

MINAYO, M. C. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 24ªed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MINETTO, M. de F. **Currículo na educação inclusiva: entendo esse desafio**. 2ªed. Curitiba: IBPEX, 2008.

SILVA, A. M. **Educação especial e inclusão escolar**. Curitiba: IBPEX. 2010.